

Modelos de Desenvolvimento da Mulher Rural: O programa de auscultação à mulher rural em Angola

Ermelinda Liberato

ermelinda.liberato@gmail.com

Resumo: Dando seguimento à prossecução dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), o governo angolano tem elaborado projetos de estudo e políticas tendo em conta a melhoria da condição da mulher na sociedade. Um dos exemplos dessa atividade é o programa “Auscultação à Mulher Rural”, que teve como objetivo ouvir a mulher rural de modo a elaborar políticas tendo em vista a melhoria da sua condição. Em que consiste este programa, quais os reais objetivos do mesmo, quais são os critérios que definem a mulher rural angolana, são apenas alguns dos pontos que pretendemos analisar na presente comunicação.

Palavras-chave: mulher, rural, desenvolvimento, Angola

Introdução

O debate em torno do papel da mulher na sociedade, bem como a questão da igualdade entre os géneros nunca foi tão intenso como aquele que temos registado nos últimos anos. No caso do continente africano, onde Angola se insere, essa questão assume uma dimensão ainda maior pois esta é apontada como um dos maiores entraves para a melhoria das condições de vida no continente e conseqüentemente, o seu desenvolvimento.

Ao longo dos anos, a mulher angolana foi relegada para uma posição inferior àquela que era dada ao homem, isso apesar de Mendes ter referido, em 1958, que é na mulher africana, e não no homem, que assenta toda a base económica (Mendes, 1958). Por outro lado, não nos podemos esquecer do papel e do peso que os valores culturais e a tradição ainda têm na sociedade angolana, tipicamente africana, onde a mulher é relegada para a condição de subalternização ao homem, e o seu espaço de afirmação é reduzido (Silva, 2011). Igualmente não nos podemos esquecer de um passado colonial que terminou apenas a 40 anos e quando os angolanos deveriam estar a alterar este cenário, mergulharam em 27 anos de guerra civil, que destruiu não só as infraestruturas e o tecido económico do país, mas sobretudo, a sociedade angolana, matando milhares de cidadãos, mutilando outros tantos, impedindo a construção da tão ansiada Nação angolana.

Alcançada a paz em 2002, visualizam-se novos cenários e perspectivam-se novos desafios. Aqui, uma vez mais, a posição da mulher na sociedade assume destaque e os debates em torno desse assunto aumentam um pouco por todo o lado. A pressão internacional e de certa forma nacional, da sociedade civil e da opinião pública em geral, tem levado a um multiplicar de discursos em torno da emancipação da mulher. E porquê a emancipação da mulher? Porquê que nos últimos anos a “condição” igualdade de género passou a ser quase uma exigência nos acordos de cooperação e nas políticas externas dos diferentes estados?¹ Porquê esta tónica no papel da mulher? Afinal, quem é a mulher rural? Aquelas que respeitosa e chamamos “mamã” e que pegam na enxada e vão para as lavras cultivar a mandioca e o milho? Fala-se tanto de industrializar o país, de desenvolver o sector não petrolífero, de dinamizar a agricultura e o campo. Mas incluímos estas populações nestes discursos ou não passam disso mesmo, discursos de académicos e analistas económicos? Pensamos no papel que estas mulheres irão desempenhar nesta dita dinamização agrícola?

Toda esta pressão em torno da igualdade de género, um pouco imposta pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), tem conduzido a um aumento do discurso em torno da posição da mulher bem como ao aumento da sua representação em cargos políticos e de decisão. Angola tem neste momento, no governo, 8 mulheres a ocuparem pastas ministeriais, nomeadamente, Pescas, Indústria, Comércio, Ambiente, Ciência e

¹ No caso da União Europeia, considerou-se que a luta pela igualdade de género é uma condição essencial dos acordos de cooperação que aquela instituição firma com os países externos. Faz parte da sua política interna e externa a inserção desse objetivo. É por isso que a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) da União Europeia está vinculada muitas vezes ao objetivo da igualdade de género.

Tecnologia, Cultura, Família e Promoção da mulher, Assuntos Parlamentares; 6 secretárias de estado: Assistência Social, Ensino Geral e Acção social, Família, Justiça, Finanças, Estado e Cooperação. Mas são pastas que, se analisarmos bem, estão voltadas para a família e para a educação. As pastas mais sensíveis como economia, defesa, administração interna, relações internacionais, petróleo, permanecem em mãos masculinas. E num país com 1 246 700 km² e 18 províncias, apenas duas governadoras: Lunda-Sul e Cabinda, sendo estes dados apontados pelas Nações Unidas como “um bom resultado em termos de participação política feminina no país” (UNCTAD, 2013: 16). Mas parece que tal avanço é muito mais evidente no meio urbano, o que nos leva a questionar sobre a posição da mulher rural.

Quem é a mulher rural?

A definição em torno do conceito de mulher rural tem que ser bem trabalhada afinal, o fato de viver no meio rural não a torna diferente das outras mulheres, sobretudo aquelas que vivem nas áreas urbanas. A mulher rural é aquele elemento do sexo feminino que reside no meio rural e com efeito, assume um quotidiano típico daquele ambiente, meios de vida ligados ao campo e toda uma estrutura familiar própria do meio em que se insere. A mulher rural dispense o seu tempo entre o trabalho no campo, nomeadamente a agricultura, o cuidado dos filhos e da casa. Esta faceta da vida da mulher rural ligada à execução de actividades produtivas tem importância económica para a subsistência familiar e até da comunidade (Silva, 2011: 22). O Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) define a mulher rural como:

“Todo o cidadão do género feminino com idade igual ou superior a 16 anos cujas relações sociais e económico-profissionais decorrem do contacto directo com as fontes de produção primárias, num ambiente relacionado com a produção e colheita com a terra e com a natureza” (MINFAMU, 2014: 2).

Por outro lado, identificar a mulher rural como aquela cujas fontes de rendimentos estão intimamente relacionados com a terra e com o primeiro sector, parece-nos constituir um conceito excludente porque cada vez mais, vem aumentando o número de mulheres no meio rural que exercem actividades fora do sector agropecuário. Sendo assim, na presente comunicação definiremos a mulher rural como aquela que vive e realiza as suas actividades produtivas e reprodutivas dentro do espaço rural, que, em Angola, pode ser caracterizado por “indica-dores que denotam um modo de vida precário, revelado por: estilo de vida simples, à margem das tecnologias e do mundo letrado; recurso à ferramentas tradicionais e obsoletas; actividade produtiva ligada à agricultura de subsistência e pastorícia” (Silva, 2011: 22).

No caso angolano, por exemplo, as famílias rurais estão intimamente ligadas às actividades agropecuárias auxiliadas por actividades não agrícolas como a venda de diversos produtos no mercado informal, constituindo a informalidade a “principal fonte de renda para os agregados familiares chefiados por mulheres” (UNCTAD, 2013: 46). As mulheres no meio rural angolano, “além do trabalho doméstico e da atenção às crianças, devem cuidar de todos os aspectos relacionados com a subsistência familiar, inclusivé da produção de alimentos e criação de animais de pequeno porte, bem como da colecta de água e lenha. As mulheres trabalham em média 15 horas por dia, tanto em casa quanto no campo” (UNCTAD, 2013: 43).

Pensamos que a mulher rural em Angola deve ser entendida a partir da abordagem do *continuum* rural porque o contacto entre o meio rural e o centro urbano nunca foi tão intenso como o que se verifica actualmente e acreditamos que tais contactos introduzem inúmeras transformações naquilo que é o quotidiano das famílias rurais em geral e em particular na mulher rural.

Desenvolvimento rural

O aumento da participação da mulher na vida pública, particularmente no setor rural, onde a cultura continua a ser o principal meio de socialização, caminha a passos lentos, daí a necessidade de se criarem cada vez mais programas que mudem esse panorama. A contínua “subaternização da mulher e a redução do seu espaço de afirmação” (Silva, 2009: 28) no meio rural indicam a urgente necessidade de se criarem programas que mudem

esse cenário. Por outro lado, olhando para o perfil económico das mulheres deparamo-nos com uma realidade ainda mais desanimadora pois concentra-se maioritariamente no setor agrícola, precisamente o setor mais rudimentar da estrutura económica angolana. Em 2008 aproximadamente 3,85 milhões de angolanas trabalhavam na agropecuária, o que corresponde a mais ou menos 80% da população feminina em idade ativa” (UNCTAD, 2013: 43).

A necessidade de alterar este cenário desalentador levou à introdução de medidas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 elaborado pelo governo angolano em 2012. Este documento estabelece assim como objectivos para a mulher rural, a serem empreendidos nesse período (2013-2017) as seguintes prioridades:

- 1 - Apoiar as Parteiras Tradicionais em matéria de capacitação e fornecimento de kits
- 2 - Apoiar as Iniciativas de Micro Finanças e Empreendedorismo no Meio Rural
- 3 - Apoiar a organização e as Associações e cooperativas, para criação, aumento e sustentabilidade de alimentação para as famílias
- 4 - Promover o conceito de Qualidade de Vida nas comunidades, através da capacitação de Mulheres - Chefes de família em matéria de aproveitamento de produtos locais e melhoria nutricional
- 5 - Promoção do Desenvolvimento Comunitário e Local no Meio Rural
- 6 - Assegurar a promoção e advocacia da alfabetização e em Línguas Nacionais para mulheres no meio rural
- 7 - Promover a realização do Fórum Nacional da Mulher Rural
- 8 - Promover a realização de um documentário sobre a situação da Mulher camponesa (MINPLAN, 2012: 112)

Bem como programas que visam o desenvolvimento rural, com destaque para:

1. Promover programas específicos e programas transversais para dar resposta aos problemas do mundo rural e estabelecer a correspondência entre a qualidade de vida dos centros urbanos e do meio rural
2. Promover o desenvolvimento rural integrado
3. Estimular a criação de organizações comunitárias que podem servir como instrument de controlo social e de expressão das necessidades e capacidades das comunidades pobres para superar as barreiras do desenvolvimento económico e social
4. Buscar maior eficácia da intervenção pública, privada e associativa na gestão do desenvolvimento rural
5. Fortalecer as instituições a nível nacional, provincial e municipal para evitar sobreposições e criar uma capacidade institucional para monitorar a qualidade ambiental
6. Promover o desenvolvimento comunitário e da qualidade de vida, assegurando a ligação entre as comunidades e a sociedade como um todo
7. Definir e promover projectos que contribuam para a melhoria da condição e integração da mulher rural no processo de desenvolvimento (MINPLAN, 2012: 112).

É nesta senda que o governo angolano, em colaboração com diversos parceiros, tem elaborado e aprovado diversos programas que visem o apoio, a capacitação e a melhoria das condições de vida no meio rural, com destaque para a mulher rural (MINFAMU, 2014: 10-27). Para o efeito, foram desenvolvidas, durante o ano de 2013, as seguintes ações:

- Treinamento e capacitação de mais de 659 parteiras tradicionais (117% da meta estabelecida para 2013);
- Distribuição de 1540 Kits às parteiras tradicionais (274% da meta de 2013);
- Realização de palestras e seminários sobre a saúde materno infantil;
- Constituição de clubes de camponesas e apoio às mulheres beneficiadas com o micro- crédito rural;
- Foram entregues a 260 famílias rurais 26 moinhos para micro indústrias, 30 máquinas de costura, 308 fogareiros e 281 candeeiros a petróleo;
- 19.841 Mulheres frequentam os módulos 1, 2 e 3 do PAAE (Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar);
- O programa de promoção à mulher rural beneficiou 30.193 famílias, representando 47,1% da meta estabelecida para 2013;
- Para o programa de estruturação económica e produtiva das comunidades rurais beneficiaram 11. 839 famílias representando 63, 65% da meta estabelecida para 2013.
- Realizou-se a organização social de 2.733 famílias e 16 dinamizadores rurais nas diferentes comissões de desenvolvimento; procedeu-se ao registo de 13.837 famílias em várias aldeias.

Porém, apesar do esforço empreendido, os dados apresentados não são muito animadores, sobretudo se tivermos em conta que, segundo os dados provisórios do censo populacional e habitacional realizado em Maio de 2014, o universo de mulheres no mundo rural corresponde a 470.418 mil mulheres (INE, 2014).

No âmbito do Programa Nacional de Combate à Fome e à Pobreza foi ainda criado o cartão Cuia que tem como objectivo ajudar os mais carenciados, de forma a oferecer melhores condições de vida e minimizar algumas dificuldades enfrentadas pelas populações (Angop, 2014). O cartão cuia, renovado anualmente, tem um saldo mensal de 10.000 Kwanzas (AKZ) que deve ser gasto, nas lojas aderentes ao programa, em produtos que constituem a cesta básica. Este programa irá permitir que os agregados familiares mais carenciados, sobretudo aqueles liderados por mulheres tenham acesso aos bens essenciais de sobrevivência.

O Fórum Nacional de Auscultação à Mulher Rural

Dando seguimento a estas medidas, foi organizado, em 2014, o Fórum Nacional de auscultação à mulher rural, que decorreu entre 5 de Junho e 7 de agosto do corrente ano, um programa que visava sobretudo auscultar a mulher rural bem como fazer um levantamento das principais preocupações da mulher rural a partir das suas próprias palavras e perspectivas. O programa arrancou no município do Bailundo, província do Huambo e durante todo o processo foram auscultadas “mais de quarenta mil mulheres no meio rural e periurbano em todas as províncias do país” (Angop, 2014b).

O fórum estruturou-se em diferentes níveis, obedecendo à própria estrutura administrativa do país, ou seja, comunal, municipal, provincial e posteriormente, central.

O processo foi liderado, a nível central, pelos ministérios da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) e Administração Pública Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), que por sua vez orientaram o processo a nível provincial através das respectivas representações. Nas divisões administrativas inferiores - municípios e comunas, realizaram-se os encontros comunais, que deram origem aos municipais e estes por sua vez deram origem às conferências provinciais (ADRA, 2014).

Foram constituídas equipas que realizaram os inquéritos às famílias, posteriormente, os administradores comunais e municipais juntaram esforços e organizaram fóruns onde foram apresentados os resultados preliminares dos respetivos inquéritos, deixando igualmente espaço para os participantes tecerem os seus comentários e dar em contributos para a melhoria do processo em si. Estes resultados foram posteriormente entregues aos órgãos provinciais que tratou de organizar os fóruns provinciais que contou com a presença de membros do executivo e respetivos governadores provinciais onde se elaborou, para cada província, um relatório final (ADRA, 2014). No final do processo de auscultação local pelas diferentes zonas do país, foi realizada, no dia 25 de Julho, em Luanda, mais concretamente na localidade da funda, uma mesa redonda subordinada ao tema “Modelos de Desenvolvimento da Mulher Rural”, com especialistas de diferentes áreas do saber, que tiveram assim a oportunidade de emitir o seu parecer sobre o modelo a adoptar para o desenvolvimento da mulher rural (Angop, 2014d). Esta mesa redonda visava apresentar e discutir os resultados preliminares do processo de auscultação à mulher rural, servindo igualmente como ensaio para o Fórum Nacional da Mulher Rural.

Os resultados deste processo de auscultação foram apresentados, pelo presidente da república, no Fórum Nacional da Mulher Rural, que teve lugar no Centro de Conferência de Belas, em Luanda, no dia 7 de agosto. De entre as principais preocupações apontadas pelas mulheres rurais, destacam-se: o acesso à terra e aos recursos naturais e tecnológicos; o acesso ao crédito para aquisição de equipamentos e materiais para a agricultura, o acesso à energia eléctrica, água e saneamento básico; acesso ao emprego e à formação técnico-profissional; a alfabetização, o ensino e a educação; a saúde e “kits” para as parteiras tradicionais, a habitação; a igualdade de género e a participação; a violência doméstica; a cultura; os seus hábitos tradicionais positivos; o registo de nascimento e a obtenção do bilhete de identidade, entre outros (Angop, 2014b).

Tendo terminado as diferentes etapas do fórum, várias perguntas ainda se encontram sem resposta: o que levou o governo angolano a auscultar as mulheres rurais para identificar os problemas que estas enfrentam mas que já são conhecidos? Qual o nível de participação e envolvimento das comunidades locais na elaboração, execução desses programas, quem os define e a sua sustentabilidade? Qual a participação dos diferentes grupos organizados da sociedade civil e dos cidadãos angolanos no geral? que perspectivas para o futuro? Depois da auscultação, o que está a ser feito para minorar os constrangimentos ressaltados pelas mulheres auscultadas?, entre muitas outras.

Conclusão

A mulher angolana tem assumido um papel de destaque na sociedade e os discursos em torno da sua emancipação desdobram-se a uma velocidade nunca antes constatada. Porém, no que toca à mulher rural, o panorama não parece ser muito animador pois estas continuam a enfrentar sérios constrangimentos no seu quotidiano. Assentes sobretudo nas normas tradicionais, a mulher rural tem ainda um longo percurso até poder ver satisfeitas as suas necessidades básicas. E foi precisamente com o intuito de saber, sob o ponto de vistas destas mulheres rurais quais os maiores constrangimentos que querem ver ultrapassados, que o governo angolano criou o programa de auscultação à mulher rural, onde estas poderão expor as suas maiores preocupações.

É necessário criar uma política de desenvolvimento rural que inclua todos os actores sociais neste espaço. Apesar do desenvolvimento rural e da igualdade de género ocuparem lugares de destaque no Plano Nacional de Desenvolvimento aprovado pelo executivo angolano e para ser implementado entre 2013 – 2017, este não define medidas concretas e objetivos específicos, tendo estes ficado reservado para o Plano Nacional de Desenvolvimento da Mulher Rural. A atualidade do tema não nos permite aprofundar casos concretos, porém ficamos a acompanhar a evolução do processo.

Bibliografia

ADRA. (2014). “Processo de auscultação à mulher rural”, Luanda: ADRA.

Angop. (2014a). “Angola Inicia Fórum Nacional de Auscultação à Mulher Rural”. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/7/32/Angola-Inicia-Forum-Nacional-Auscultacao-Mulher-Rural,7c64b206-00bf-4b8b-aa83-a24013a79459.html. [Consultado em: 15-12-14].

Angop. (2014b). “Discurso do Presidente da República no Fórum da Mulher Rural”. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/7/32/Discurso-Presidente-Republica-Forum-Mulher-Rural,e5b62fba-550f-4ca5-aa75-45ec00fa3529.html. [Consultado em: 15-12-14].

Angop. (2014c). ” População do Mussende vai Beneficiar do Cartão Cuia”. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/8/40/Cuanza-Sul-Populacao-Mussende-vai-beneficiar-Cartao-Cuia,aef1cc15-be4d-4651-9b17-b300ab4dbc63.html. [Consultado em: 15-12-14].

Angop. (2014d). “Minfamum Realiza Mesa Redonda sobre os Modelos de Desenvolvimento da Mulher Rural”. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/6/30/Minfamum-realiza-mesa-redonda-sobre-modelos-desenvolvimento-mulher-rural,6d74f050-00f3-4c42-8a9c-496459e87108.html. [Consultado em: 15-12-14].

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2014). *Resultados Preliminares: Recenseamento Geral da População e Habitação – 2014*, Luanda: INE.

Mendes, A. (1958). *A Huíla e Moçâmedes: Considerações sobre o Trabalho Indígena*, Lisboa: junta de Investigações do Ultramar.

Ministério da Família e Promoção da Mulher. (2014). *Estamos Juntos*, 19, 1º Trimestre, Luanda: MINFAMU.

Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (MINPLAN). (2012). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 – 2017*, Luanda: MINPLAN.

Silva, E. “Tradição e Identidade de Género em Angola: ser Mulher no Mundo Rural”, *Revista Angolana de Sociologia*, 8, 2011, pp. 21-34.

UNCTAD. (2013). *Quem se Beneficia com a Liberalização do Comércio em Angola? Uma Perspetiva de Género*, Nova Iorque e Genebra: Nações Unidas.